

**Ata da quarta reunião ordinária da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais.** Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, teve início à sessão sob a presidência do Senhor Geraldo Magela da Silva, que cumprimenta e dá boas-vindas a todos. Em seguida é feita a realização da chamada. A presença é confirmada pelos seguintes vereadores: Geraldo Magela da Silva, José Silvanio de Oliveira, Renato Aires de Oliveira, Fábio Nunes de Oliveira, José Orlando da Silva, Joaquim Rodrigues de Jesus e Afonso Augusto de Oliveira Neto. Ao final da chamada, constatou-se a ausência dos vereadores Anderson Aparecido da Silva e Carlos Roberto Ribeiro, cujas faltas foram devidamente justificadas. Diante dos sete vereadores presentes, havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declara aberta a sessão e inicia sua fala, com a pauta do dia: o Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 938 que "Institui o programa Jovem Aprendiz Municipal no âmbito do Município de Presidente Kubitschek/MG", o Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 939 que "Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município no valor de R\$ 598.500,00 (quinquinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) e dá outras providências", o Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 940 que "Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Bairro Centro" e o Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 941 que "Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Bairro do Mocó". Passada a palavra ao Líder de Governo, o vereador Renato Aires de Oliveira informou que, em resposta ao ofício encaminhado pelo vereador Fábio Nunes, o Executivo já retornou com o número do processo referente ao concurso público. Relatou que há dezessete anos não se realiza concurso no município e que, em todo o seu tempo como parlamentar, não se lembra de qualquer munícipe ter cobrado a realização de concurso público. Ressaltou que considera inadequado ter sido realizado em período eleitoral, pois, caso tivesse ocorrido antes, já estaria resolvido. Afirmou ser legítimo o cidadão procurar informações, mas pontuou que ninguém sabe ao certo como será feita a homologação, pois é necessário aguardar a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Na sequência, o vereador Fábio Nunes de Oliveira fez uso da palavra para comentar a fala anterior. Destacou que um erro não justifica o outro, e que levantar o fato de o concurso ter sido realizado em época de campanha eleitoral não significa, que ele tenha sido direcionado. Ressaltou que todos os candidatos têm direito ao certame, pois se prepararam, estudaram e pagaram a taxa de inscrição. Em sua visão, trata-se de algo que poderia ser corrigido com simplicidade e celeridade. Observou ainda que há sucessivos processos seletivos em andamento, sendo que existem aprovados no concurso público aguardando nomeação. Questionou a justificativa para os constantes aditivos contratuais realizados com base em seleções antigas, mesmo diante da existência de concurso vigente com candidatos aptos a assumirem os cargos. Dando seguimento, o Senhor Presidente solicita então a leitura do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 938 que "Institui o programa Jovem Aprendiz Municipal no âmbito do Município de Presidente Kubitschek/MG". Após a leitura, explicou que a criação do programa municipal tem por objetivo incentivar a contratação de jovens por meio de parcerias com a administração pública, assegurando o acesso à qualificação profissional aliada à prática laboral supervisionada. Dessa forma, o município contribui diretamente para a formação de cidadãos mais

preparados para os desafios do mundo do trabalho. Além disso, o programa pode ajudar a reduzir os índices de evasão escolar, uma vez que exige a frequência e o bom desempenho do jovem na escola como condição para a permanência. Portanto, a implementação do Programa Jovem Aprendiz no âmbito municipal se justifica pela necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à juventude, ampliar as oportunidades de emprego e renda e contribuir com a formação de uma geração mais preparada, consciente e participativa na vida comunitária. Em sequencia é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei n.º 938 que **"Institui o programa Jovem Aprendiz Municipal no âmbito do Município de Presidente Kubitschek/MG"**. Na sequencia solicita então a leitura do Projeto de Lei n.º 939 que "Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município no valor de R\$ 598.500,00 (quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) e dá outras providências" e, após leitura, foi passada a palavra ao Líder de Governo, o vereador Renato Aires de Oliveira, que explicou que o projeto trata-se de adequações orçamentárias para cumprimento de despesas previstas nas secretarias municipais. Em sequencia é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei n.º 939 que **"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município no valor de R\$ 598.500,00 (quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) e dá outras providências"**. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário a leitura do Projeto de Lei n.º 940 que "Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Bairro Centro". Após leitura, foi passada a palavra ao vereador Afonso Augusto de Oliveira Neto, que explicou que a presente indicação tem por objetivo denominar como Rua Antônia Pereira de Oliveira, em justa homenagem à Sra. Antônia, moradora histórica do município que contribuiu significativamente com a comunidade local. Proprietária de uma pensão, era conhecida por sua generosidade, servindo gratuitamente refeições às pessoas necessitadas, além de ter atuado como professora, dedicando-se à alfabetização de inúmeras pessoas. Além disso, nas proximidades da rua residem familiares da homenageada, o que reforça a importância simbólica da denominação. Em seguida, o vereador Joaquim Rodrigues de Jesus informou que se abstém do voto. No mesmo contexto, os vereadores José Orlando da Silva e José Silvanio de Oliveira também manifestaram suas abstenções, este último alegando já ter assumido compromisso anterior relacionado à denominação e não ter conhecimento prévio da vontade do vereador Afonso. Em sequencia é colocado em votação, sendo aprovado por quatro votos favoráveis e três abstenções, o Projeto de Lei n.º 940 que **"Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Bairro Centro"**. Solicita ao secretário a leitura do último projeto da pauta, o Projeto de Lei n.º 941 que "Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Bairro do Mocó". Após leitura, o vereador Fábio Nunes de Oliveira explicou que o referido logradouro ainda não possuia denominação e que a proposta visa homenagear a memória da Senhora Silvia Alves Rocha, ressaltando que a ausência de nome tem gerado dificuldades aos moradores, especialmente familiares da homenageada, no acesso a serviços públicos e infraestrutura. Em sequencia é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes, o Projeto de

Lei n.º 941 que “Dispõe sobre a denominação de logradouro público no Bairro do Mocó”.

Dando sequência, foi aberta a palavra franca aos vereadores. O vereador Renato Aires de Oliveira informou que qualquer pedido deverá ser formalizado por meio de ofício, sendo devidamente protocolado na secretaria da Câmara. Em seguida, o vereador Fábio Nunes de Oliveira comunicou o envio de ofício à Prefeitura solicitando respostas sobre o caminhão de areia enviado para a cidade de Conceição do Mato Dentro, assunto este questionado pela população, foi o serviço não esta sendo realizado no município. Manifestou preocupação com o atendimento ao povo da cidade, relatando o caso de uma munícipe que teria sido repreendida por não ser eleitora do atual prefeito. Questionou sobre o funcionamento do transporte do morango e informou que conseguiu, junto à deputada Ione Pinheiro, uma emenda parlamentar para aquisição de uma viatura para o destacamento da polícia militar de Presidente Kubitschek. Por fim, questionou se as gratificações cortadas serão restabelecidas. O Presidente respondeu que acredita que a situação será resolvida e que o Líder de Governo buscará respostas para a próxima reunião. Na sequência, foi concedida a palavra à Tribuna Livre. O munícipe Fernando Pereira Nunes fez uso da palavra para manifestar-se sobre as discussões a respeito do concurso público municipal. Iniciou sua fala referindo-se à manifestação anterior do vereador Renato, destacando que, na primeira reunião, o parlamentar mencionou que o concurso talvez não devesse ter acontecido. Questionou se houve alguma proibição para que determinadas pessoas participassem do certame e demonstrou descontentamento, levantando a hipótese de que a revolta se deve ao fato de que certas pessoas não foram aprovadas. Ressaltou que o concurso é benéfico para a população por garantir acesso justo ao emprego público. Afirmou que os vereadores poderiam ter cobrado a realização do concurso anteriormente, e que os aprovados merecem assumir seus cargos, independentemente de quem sejam. Comentou ainda sobre a defesa fundamentada no parecer do Tribunal de Contas, questionando se os impedimentos apontados, como os relacionados ao magistério, não poderiam ser facilmente esclarecidos, conforme informações repassadas pela advogada da Câmara. Criticou a falta de dedicação do Executivo ao tratar do assunto e apontou que a defesa apresentou apenas três linhas sobre alteração de vencimentos. Observou ainda que, embora o processo possa ser acompanhado por seu número, não há como acessar as documentações acostadas. Ressaltou também que a atual administração homologou o Processo Seletivo nº 05/2025 para o cargo de Professor (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), fazendo constar expressamente que não há processo seletivo vigente para a função. Mesmo assim, a Prefeitura segue aditivando contratos de processos antigos. Solicitou a fiscalização dos vereadores sobre essa prática e protocolou ofício solicitando esclarecimentos sobre a regularidade dos aditivos. Em resposta à manifestação do munícipe Fernando, o vereador Renato Aires de Oliveira afirmou que o concurso público em questão foi realizado pela administração passada e que, por isso, não precisou passar pela Câmara. Informou ainda que, à época, até pensavam que o certame deveria ser encaminhado ao Legislativo para aprovação. Destacou que alguns vereadores da legislatura anterior foram os que mais cobram. Ressaltou que não se preocupa com concurso para eventuais

benéficos e que nem sabe quem foi aprovado ou não. Segundo ele, quem passou merece ser chamado, desde que o concurso seja homologado de forma correta e dentro da legalidade. Por fim, afirmou que a Prefeitura está disposta a esclarecer todas as informações necessárias. Concedida também a palavra ao Senhor Messias Pereira Nunes, que manifestou-se sobre o seu direito de resposta, relatando tristeza com a fala anterior do presidente, que, segundo ele, afirmou que Messias, por ser autoridade, não poderia se manifestar por não ter se inscrito anteriormente, mesmo tendo solicitado publicamente o direito de fala durante a reunião anterior. Explicou suas falas nas reuniões anteriores relatando que desde que retornou para Presidente Kubitschek participa ativamente das reuniões e sempre cobrou melhorias para o município. Inclusive, relatou que sempre incentivou as pessoas a participar das reuniões na Câmara e citou como exemplo a luta para que o convênio da saúde fosse mantido em Diamantina e não levado para Serro. Disse que durante esse ano levou três demandas principais: o concurso público, a questão da falta de água, que já perdura por muitos anos e sobre as transmissões ao vivo das reuniões na câmara. Relatou que seu irmão Fernando pediu a palavra, e não ele, mas seu nome foi citado, por isso entendeu que tinha o direito de resposta. Afirmou que suas cobranças não são políticas, mas sim pelas necessidades da população, já tendo conseguido diversas conquistas para o esporte. Comentou ainda que, ao ser questionado sobre a situação da água, sobre o concurso público e outros problemas herdados da gestão anterior, afirmou que não poderia responder por não ter exercido cargo na gestão passada. Contudo, destacou que o atual presidente da Câmara, poderia prestar esclarecimentos sobre tais questões, uma vez que ocupou o cargo de vice-prefeito à época. Por fim, o Senhor Laynor César fez uso da tribuna para solicitar o apoio da Câmara para a reativação do projeto de step (ginástica aeróbica) no município. Relatou prejuízos à população pela suspensão do programa, que contava com um número significante de pessoas ativas. Disse ter contratado dois profissionais para as quadras e um assessor, visando não perder recursos. Solicitou a criação de um projeto que viabilize investimento para continuidade do grupo e mencionou empenhos da gestão anterior que não foram entregues, além da posse de documentação e redes sociais da secretaria pelos ex-gestores. Ressaltou que a nova gestão poderá sofrer no próximo ano por conta disso. Informou que está em andamento à licitação para aquisição de materiais esportivos e que haverá um campeonato e agradeceu ao vereador Fábio pela disposição em colaborar com o transporte dos jovens. Concedida a palavra à munícipe Cristina Kelly, que fez uso da Tribuna Livre para se manifestar sobre o atual cenário vivido no município, refletindo desde o período das campanhas eleitorais até os dias atuais. Iniciou sua fala lamentando o desrespeito crescente entre autoridades e cidadãos, destacando a ausência de valores como respeito mútuo e temor a Deus. Para ilustrar sua reflexão, utilizou a história bíblica do rei Davi, traçando um paralelo com a atual gestão pública e com o comportamento da sociedade. Salientou que sua intenção não é defender nenhum governo, mas sim convidar a todos à reflexão sobre a responsabilidade das escolhas feitas, afirmando que "o povo tem o que escolhe". Enfatizou que nos tempos atuais falta empatia e sensibilidade diante das situações enfrentadas, e que cada

cidadão tem o livre-arbitrio para votar e se posicionar, mas também carrega responsabilidades por suas ações e palavras. Reconheceu sua influência entre adolescentes, especialmente através das atividades esportivas que coordena, e ressaltou a preocupação com o ambiente de perseguições e polarizações, que se instaurou entre os municipes. Cristina afirmou que, se o povo se unir de forma consciente, a mudança pode acontecer. Reforçou ainda que cada indivíduo responderá por seus atos diante de Deus, tendo chegado de maneira justa ou não aos espaços que ocupa. Criticou o fato de que, ao longo de dezesseis anos, muitos se acomodaram nas estruturas de poder, sem se dar conta da realidade vivida por aqueles que estavam à margem. Apontou o abandono de várias iniciativas sociais e lamentou o descaso com a juventude, que, segundo ela, se encontra cada vez mais vulnerável ao uso de drogas. Reforçou que, embora os pais tenham sua responsabilidade, o Estado também tem o dever de intervir e oferecer políticas públicas que acolham e amparem esses jovens. Criticou investimentos públicos em obras que, em sua opinião, poderiam ser substituídos por iniciativas com maior impacto no desenvolvimento do caráter e da cidadania dos jovens. Destacou que a responsabilidade pela transformação social não recai apenas sobre os governantes, mas também sobre cada servidor público e cidadão, que deve cumprir seu papel com responsabilidade e comprometimento. Finalizou sua fala enfatizando a importância do cuidado com o que se diz, condenando a cultura da perseguição e reforçando que a responsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa e respeitosa é de todos. O Vereador Renato Aires parabenizou a fala da munícipe, afirmando que todos os que se manifestaram o fizeram com propriedade, e que acredita que todos desejam o melhor para o município. Reforçou que a união de esforços é essencial para que os avanços aconteçam. Retomando a palavra, o Senhor Presidente elogiou a fala da munícipe Cristina Kelly, dizendo que ela foi muito importante e bem colocada. Acrescentou que a política já passou, e que agora é momento de todos se unirem em prol da população, deixando de lado divisões partidárias e focando nas necessidades do município e informou que conseguiu agendamento de consultas oftalmológicas, que serão realizadas no município em breve. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, marca a próxima reunião para o dia quatorze de abril e declara encerrada a sessão. Eu, Renato Aires de Oliveira, na condição de Secretário desta reunião, lavrei a presente ata, que, após lida e discutida, será submetida à aprovação e, se aprovada, assinada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

Presidente Geraldo Magela da Silva:

Vice-Presidente José Silvanio de Oliveira:

Secretário Renato Aires de Oliveira:

Vereador Fábio Nunes de Oliveira:

Vereador Carlos Roberto Ribeiro:

Vereador Anderson Aparecido da Silva:

Vereador Afonso Augusto de Oliveira Neto:

Vereador Joaquim Rodrigues de Jesus: Joaquim Rodrigues de Jesus

Vereador José Orlando da Silva: José Orlando da Silva